

FRANCISCO DE
SALES
FERNANDES: [REDACTED]

Assinado de forma digital
por FRANCISCO DE SALES
FERNANDES: [REDACTED]
Dados: 2023.03.22
14:31:14 -03'00'

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 030/2023

Processo Licitatório Nº 02/2023

Pregão Eletrônico SRP Nº 02/2023

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av.: Doutor Arnaldo Monteiro, nº 06, Bairro Novo, CEP 55.192-370, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.196.515/0001-25, por meio da **SECRETÁRIA DE SAÚDE** a Sra. **SIMONE QUEIROZ ARAGÃO DE ARAÚJO**, brasileira, portadora do RG nº [REDACTED], SDS/PE, inscrita no CPF nº [REDACTED], residente e domiciliada à [REDACTED] – Stª Cruz do Capibaribe -PE, CEP 55192-415, nos termos do que dispõe na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e o Decreto Municipal nº 55/2021, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico (SRP) nº /2023**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, a empresa **COMERCIAL MASTER LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.791.908/0001-87, situada à Rua: Manoel de Lulu nº 31 – Pilar – Ilha de Itamaraca/PE, CEP 53.900-000, neste ato representada por seu sócio/procurador/administrador, **Sr. Francisco de Sales Fernandes**, brasileiro, empresário portador do CPF nº [REDACTED] e RG nº [REDACTED] SDS/PB, residente a Av.: [REDACTED] – Engenho do Meio – Recife/PE. CEP 50730-120, objetivando futuros contratos de fornecimento/serviço dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO E DO VALOR

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços para eventual Contratação de Empresa Especializada para Confecções e fornecimentos de Fardamentos, Bolsas e EPI's, com o objetivo de atender as necessidades da Atenção Básica e Especializada da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo de Santa Cruz do Capibaribe-PE**, conforme Termo de Referência constante no Anexo IV do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - Valor Total: R\$ 210.207,00 (duzentos e dez mil e duzentos e sete reais) conforme, tabela descrita abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	-----------	---------	--------	-------	-------------	-------------

FRANCISCO
DE SALES
FERNANDES:

Assinado de forma digital
por FRANCISCO DE SALES
FERNANDES:
Dados: 2023.03.22 14:31:44
-03'00'



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4	CAMISA MODELO GOLA POLO - CARACTERÍSTICAS: TIPO UNIFORME; TECIDO DE MALHA PIQUET, COMPOSTO POR 50% POLIÉSTER E 50% ALGODÃO; COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES NO PÉ DA GOLA; CAMISA COMPOSTA PELAS CORES VERDE, BRANCO E CINZA; PERSONALIZADA COM O BRASÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO NO PEITO ESQUERDO, LOGO DO MUNICÍPIO E DA SECRETARIA DE SAÚDE NAS COSTAS E COM A FUNÇÃO EXERCIDA PELO SERVIDOR TAMBÉM NAS COSTAS; ESTAMPA DO TIPO SILKADO OU BORDADO, CONFORME MODELO DO ANEXO I. NOS TAMANHOS "PP, P, M, G, GG, XG E XGG", SENDO:	UND	2405	PRÓPRIA	R\$ 37,90	R\$ 91.149,50
	08 CAMISAS NO TAMANHO PP;					
	233 CAMISAS NO TAMANHO P;					
	748 CAMISAS NO TAMANHO M;					
	906 CAMISAS NO TAMANHO G;					
	355 CAMISAS NO TAMANHO GG;					
	133 CAMISAS NO TAMANHO XG;					
	22 CAMISAS NO TAMANHO XGG.					
5	OBS: LOGOMARCAS QUE SERÃO INCLUÍDAS NOS FARDAMENTOS E A PERSONALIZAÇÃO DA FUNÇÃO DO SERVIDOR SÓ SERÃO ENTREGUES E COMUNICADOS NA EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO. AMPLA CONCORRÊNCIA.	UND	1500	PRÓPRIA	R\$ 20,00	R\$ 30.000,00
	CAMISA PARA CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO – ESPECIFICAÇÕES: CAMISA DE MANGA CURTA; CONFECCIONADA EM MEIA MALHA PP 100% POLIÉSTER; COR BRANCO; GOLA CARECA; PESPONTO DUPLO; PERSONALIZADA, COM ESTAMPA DO TIPO SUBLIMAÇÃO, PODENDO SER TOTAL OU PARCIAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE NO ATO DA EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO. NOS TAMANHOS "P, M, G, GG E XG", SENDO:					
	667 CAMISAS NO TAMANHO P;					
	525 CAMISAS NO TAMANHO M;					
	205 CAMISAS NO TAMANHO G;					
	69 CAMISAS NO TAMANHO GG;					
	34 CAMISAS NO TAMANHO XG.					
	OBS: AS ARTES QUE SERÃO INCLUÍDAS NOS FARDAMENTOS SÓ SERÃO ENTREGUES NA EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					



FRANCISCO DE SALES
FERNANDES: [REDACTED]
Assinado de forma digital por
FRANCISCO DE SALES
FERNANDES: [REDACTED]
Dados: 2023.03.22 14:32:07 -03'00'

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

7	CONJUNTO UNIFORME FEMININO - ESPECIFICAÇÕES: PARA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E PARA COZINHEIRA; NAS CORES VERDE CLARO OU CINZA(CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA) ; MODELO FEMININO; BLUSA COM DECOTE TIPO V: EM BRIM – 100% ALGODÃO; MANGA CURTA; COM 02 BOLSOS; PERSONALIZADO COM LOGOTIPO DA PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE E SECRETARIA DE SAÚDE NO PEITO ESQUERDO, SILKADO OU BORDADO, CONFORME MODELO DO ANEXO I. CALÇA: EM BRIM – 100% ALGODÃO; NA COR CORRESPONDENTE A BLUSA; COM CORDÃO E ELÁSTICO. NOS TAMANHOS P, M, G, GG E XG, SENDO:	UND	176	PRÓPRIA	R\$ 73,00	R\$ 12.848,00
	9 CONJUNTOS NO TAMANHO P;					
	60 CONJUNTOS NO TAMANHO M;					
	74 CONJUNTOS NO TAMANHO G;					
	28 CONJUNTOS NO TAMANHO GG;					
	5 CONJUNTOS NO TAMANHO XG.					
	EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
8	JALECO FEMININO – ESPECIFICAÇÕES: MANGA LONGA; CORTE ACINTURADO; EM TECIDO GABARDINE 100% POLIÉSTER, GRAMATURA MÍNIMA DO TECIDO DE 200G/M²; NA COR BRANCO; BOTÕES BRANCOS, COM 5 BOTÕES; GOLA TIPO SOCIAL; 2 BOLSOS NA FRENTE, SENDO 1 DO LADO ESQUERDO E O OUTRO DO LADO DIREITO; CINTO TRASEIRO. BORDADO COM LOGOTIPO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE E SECRETARIA DE SAÚDE NO PEITO ESQUERDO, EM TAMANHO 9X10CM, CONFORME MODELO DO ANEXO I; MEDIDAS PADRÃO ADULTO FEMININO. TAMANHOS P, M, G, GG, XG, E XGG, SENDO:	UND	398	PRÓPRIA	R\$ 75,00	R\$ 29.850,00
	108 JALECOS NOS TAMANHOS P;					
	139 JALECOS NO TAMANHO M;					
	106 JALECOS TAMANHO G;					
	36 JALECOS TAMANHO GG;					
	5 JALECOS TAMANHO XG;					
	4 JALECOS TAMANHO XGG					
	OBS: LOGOMARCAS QUE SERÃO INCLUÍDAS NOS JALECOS SÓ SERÃO ENTREGUES NA EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
9	JALECO MASCULINO – ESPECIFICAÇÕES: MANGA LONGA, EM TECIDO GABARDINE 100% POLIÉSTER, GRAMATURA MÍNIMA DO TECIDO DE 200G/M²; NA COR BRANCA E BOTÕES BRANCOS, GOLA TIPO SOCIAL, 2 BOLSOS NA FRENTE SENDO 1 SUPERIOR E 2 INFERIORES, CINTO TRASEIRO. BORDADO COM LOGOTIPO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE E SECRETARIA DE SAÚDE NO BOLSO DIANTEIRO SUPERIOR EM TAMANHO 9X10CM, CONFORME MODELO DO ANEXO I; MEDIDAS PADRÃO ADULTO MASCULINO. NOS TAMANHOS P, M, G, GG, XG E XGG. SENDO:	UND	192	PRÓPRIA	R\$ 75,00	R\$ 14.400,00

Rua Elias Ferreira do Nascimento, 125 - Dona Dom - Santa Cruz do Capibaribe – PE CEP 55.192-000

cpl.santacruzdocapibaribe@gmail.com – CNPJ 11.196.515/0001-25

FRANCISCO DE
SALES
FERNANDES:

Assinado de forma digital
por FRANCISCO DE SALES
FERNANDES:

Dados: 2023.03.22
14:32:26 -03'00'



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	13 JALECOS NOS TAMANHOS P;					
	57 JALECOS NO TAMANHO M;					
	65 JALECOS TAMANHO G;					
	47 JALECOS TAMANHO GG;					
	5 JALECOS TAMANHO XG;					
	5 JALECOS TAMANHO XGG.					
	OBS: LOGOMARCAS QUE SERÃO INCLUÍDAS NOS JALECOS SÓ SERÃO ENTREGUES NA EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
11	TOUCA PARA COZINHEIRA - ESPECIFICAÇÕES: DESTINADA AO MANIPULADOR DE ALIMENTOS, TRILOBAL COM FORMATO DE PEQUENOS FAVOS DE MEL COM DIÂMETRO DE 1,5-3,0MM CADA; TECIDO DE TOQUE MACIO 100% POLIÉSTER OU POLIAMIDA; COR BRANCO; COM ELÁSTICO DE 1 CM COLOCADO EM OVERLOCK OU ABA DE TECIDO MACIO COM ELÁSTICO DE AJUSTE NA PARTE INTERNA OU NA PARTE TRASEIRA; RESISTENTE A MANCHAS E AOS PROCESSOS DE LAVAGEM. TODAS AS COSTURAS DEVEM SER REALIZADAS COM A LINHA DA COR DO TECIDO. A PEÇA DEVERÁ ESTAR LIMPA, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA SUA APRESENTAÇÃO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UND	90	PRÓPRIA	R\$ 12,05	R\$ 1.084,50
12	UNIFORME TIPO COLETE - ESPECIFICAÇÕES: COLETE CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM, SEM MANGA, COM LOGOMARCA DE IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE DO LADO ESQUERDO DO PEITO E LOGOMARCA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, DE ENDEMIAS OU DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NAS COSTAS(A DEPENDER DA SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA); NAS CORES PREDOMINANTES: VERDE E CINZA, CONFORME MODELO DO ANEXO I. FECHAMENTO COM ZÍPER FRONTAL; RESISTENTE AO USO E ÀS LAVAGENS, CONSERVADO A COR, COM 3 (TRÊS) BOLSOS DIANTEIROS; MODELO UNISSEX. NOS TAMANHOS PP, P, M, G, GG E XG, SENDO:	UND	475	PRÓPRIA	R\$ 65,00	R\$ 30.875,00
	1 COLETE NO TAMANHO PP;					
	62 COLETES NO TAMANHO P;					
	156 COLETES NO TAMANHO M;					
	153 COLETES NO TAMANHO G;					
	77 COLETES NO TAMANHO GG;					
	11 COLETES NO TAMANHO XG.					
	EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
					VALOR TOTAL	R\$ 210.207,00

DOS PRAZOS



CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, observado as disposições contidas no art. 10 do Decreto Municipal nº. 55/2021, como nas demais normas legais pertinentes.

Subcláusula única - O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) da Ata de Registro de Preços seguirá(ão) o que dispõe o art. 57 da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

CLÁUSULA QUARTA - A Detentora poderá ser convocada para assinar o instrumento de eventual(is) Contrato(s), o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA QUINTA - O prazo para entrega do objeto será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da solicitação feita através da Autorização de Fornecimento/serviço ou nota de empenho.

Subcláusula primeira - A Detentora ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) ao Edital, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **15 (quinze) dias consecutivos**, contado do recebimento da solicitação de troca.

Subcláusula segunda - O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Órgão Gerenciador/Contratante, no seguinte endereço: Avenida Dr. Arnaldo Monteiro, nº 06, Bairro Novo, Santa Cruz do Capibaribe-PE, CEP: 55192-370, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 13:00hs, ou mediante agendamento através do e-mail: admsaudesc2020@gmail.com ou do contato telefônico: 81 9 8254-6858.

GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SEXTA - Caberá a Secretaria de Saúde, Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, conforme dispõe o art. 22 do Decreto Municipal nº 055/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - Quando do gerenciamento da Ata de Registro de preços, o Órgão Gerenciador, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 055/2021, deverá:

I - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VII, art. 5 do Decreto Municipal nº 055/2021;

II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso VIII, art. 5 do Decreto Municipal nº 055/2021;

FRANCISCO DE SALES
FERNANDES: [REDACTED]
Assinado de forma digital por FRANCISCO DE SALES FERNANDES:
Dados: 2023.03.22 14:33:05 -03'00'

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

III - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme o inciso IX, art. 5º do Decreto Municipal nº 055/2021;

IV - Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 055/2021, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA OITAVA - O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 055/2021.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTES

CLÁUSULA NONA - A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador, atendidas as condições previstas no Decreto Municipal nº 055/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - O Órgão Não Participante, a que se refere o art. 20 do Decreto Municipal nº 055/2021, somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços, após a anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento/serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s), nos de acordo com o disciplinado no § 2º do art. 20 do Decreto Municipal nº 055/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante e vinculado ao Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s), em consonância com o disposto no § 3º do art. 20 do Decreto Municipal nº 055/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante e não vinculada ao Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s), em consonância com o disposto no § 4º do art. 20 do Decreto Municipal nº 055/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O quantitativo decorrente de todas as adesões a Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado, para o órgão gerenciador

e órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem, nos termos do § 5º do art. 20 do Decreto Municipal nº 055/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com o § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 055/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme estabelecido no § 7º do art. 20 do Decreto Municipal nº 055/2021.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A Gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade da Sr.^a Cândida Maria Nogueira Ribeiro, Gestora De Vigilância em Saúde, Portaria nº 376/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos que dela originarem serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Cruz do Capibaribe.

a) O fiscal designado pela Secretaria de Saúde, ficando responsável pela fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) que dela originar(em), será da Sr.^a Laís de Macêdo Ferreira Santos, Coordenadora de Atenção Básica, Portaria nº 441/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Não obstante a empresa Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador/Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento/serviço;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador/Contratante quanto da Detentora/Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora/Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento/serviço;
- d) Exigir da Detentora/Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;

- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento/serviço irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no presente Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e respectivo Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora/Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor da Ata de Registro de Preços /Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços /Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Caberá ao gestor da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada.
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento/serviço;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços e Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços /Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O objeto deste Termo de Referência será recebido:

I - Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constantes neste Termo de Referência;

II - Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos itens e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Detentora/Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso, no seguinte endereço: Avenida Dr. Arnaldo Monteiro, nº 06, Bairro Novo, Santa Cruz do Capibaribe-PE, CEP: 55192-370, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 13:00hs, ou mediante agendamento através do e-mail: admsaudecc2020@gmail.com ou do contato telefônico: 81 9 8254-6858.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - O Fundo Municipal de Saúde efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento/serviço objeto deste Termo de Referência em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrega, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas na respectiva tesouraria e sem rasuras.

I - O Fundo Municipal de Saúde verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Detentora/Contratada no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

II - O Fundo Municipal de Saúde deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Detentora/Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de fornecimento/serviço já recebidos, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Detentora/Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - Além das obrigações legais a Detentora/Contratada, regulamentares e as demais constantes do instrumento da Ata de Registro de Preços, Contratual e demais documentos, obriga-se, a licitante adjudicatária a:

a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93.

b) Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a Detentora/Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento da Ata de Registro de Preços e eventuais contratos.

e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento

f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.

h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Órgão Gerenciador/Contratante.

i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

j) Indicar preposto que se responderá perante o Órgão Gerenciador.

k) Atender prontamente às requisições do Órgão Gerenciador/Contratante no fornecimento/serviço do objeto na quantidade e especificações exigidas.

l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.

m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento/serviço com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.

n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Caberá ao Órgão Gerenciador/Contratante as seguintes obrigações:

a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento/serviço (OF) ou nota de empenho.

b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento/serviço desejado.

- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador com relação ao objeto do Registro de Preços.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Acompanhar a execução desta Ata de Registro de Preços.
- f) Comunicar à Detentora as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

DAS PENALIDADES E SANÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - O cometimento de irregularidades na execução desta Ata de Registro de Preços, sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Se a Detentora inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I - Advertência;

II – Multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso no fornecimento/serviço, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do produto;
- b) Pela recusa em efetuar o fornecimento/serviço, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;
- c) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;
- d) Pela recusa da Detentora/Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetuada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

Subcláusula primeira - As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor registrado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

Subcláusula segunda - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Detentora as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

Subcláusula terceira - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Detentora, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nas subcláusulas anteriores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Ficará sujeito a penalidade prevista no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas no Edital, nesta Ata de Registro de Preços, no Contrato e nas demais cominações legais, o fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

I - Não assinar a Ata de Registro de Preços;

II - Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;

III - Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

IV - Não mantiver a proposta;

V - Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;

VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Detentora estará sujeita às penalidades:

I - Pelo descumprimento do prazo do fornecimento/serviço;

II - Pela recusa em atender alguma solicitação para correção do fornecimento/serviço; e

III - Pela não execução do fornecimento/serviço de acordo com as especificações e prazos estipulados no Edital e seus anexos.

Subcláusula primeira - Além das penalidades citadas, a Detentora ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

DO REAJUSTE DE PREÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da alínea “d”, inciso II do art. 65 Lei 8666/93, c/c art. 18 do Decreto Municipal nº 055/2021.

Subcláusula primeira - Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

Subcláusula segunda - A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela Detentora/Contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, conforme o § 1º do Art. 10 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Única - Na hipótese de supressão unilateral, não se aplica o disposto no art. 65, § 1º, II, da mencionada lei, que dispõe sobre o limite de 25%, podendo haver supressões de até 100%, conforme faculdade conferida a administração constante no art. 14 do Decreto Municipal nº 55/2021.

DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, de acordo com o estabelecido no art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Primeira - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme consta no §1º do art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Segunda - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original das ofertas, em conformidade com o disposto no §2º do art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados por motivo superveniente, o órgão gerenciador poderá: (Art. 17 do Decreto Municipal nº 55/2021)

Subcláusula Primeira - Realizar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, na forma do disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

Subcláusula Segunda - Em caso do não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento ou ordem de serviços, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

Subcláusula Terceira - É facultado à administração, em caso de não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, e após liberar o fornecedor do compromisso assumido, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - Não havendo êxito, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de preços, mediante publicação na imprensa oficial, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 17 do Decreto Municipal nº 55/2021.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - O fornecedor terá o seu registro cancelado quando: (Art. 19 do Decreto Municipal nº 55/2021

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticado no mercado; ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

V – Tiver presentes razões de interesse público, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei 8.666, de 1993.

Subcláusula primeira - O cancelamento de registro de preços nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV e V deve ser formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula segunda - A comunicação do cancelamento de registros nas hipóteses previstas na subcláusula primeira deve ser feita por publicação na imprensa oficial, assegurado o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis.

Subcláusula terceira - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, desde que

comprovada de maneira inequívoca, principalmente por meio de provas documentais, qualquer uma das hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea d, e § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Subcláusula quarta - A comunicação do cancelamento do registro de preço, no caso previsto na subcláusula terceira, deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do registro de preços.

DA VINCULAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - O disposto na presente Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços supramencionado, que se regerá pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal 008/2020 e o Decreto Municipal nº 55/2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e regulamentações posteriores, além do que mais for exigido no Edital e em seus Anexos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - As especificações técnicas, obrigações e penalidades constantes no Edital e Termo de Referência do Pregão Eletrônico supramencionado integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe/PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Santa Cruz do Capibaribe (PE), 21 de março de 2023.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE

SIMONE QUEIROZ ARAGÃO DE ARAÚJO

SECRETARIA DE SAÚDE

Órgão Gerenciador

**FRANCISCO DE SALES
FERNANDES:** [REDACTED]

Assinado de forma digital
por FRANCISCO DE SALES

FERNANDES: [REDACTED]

Dados: 2023.03.22 14:36:02
-03'00'

COMERCIAL MASTER LTDA
Francisco de Sales Fernandes
Empresa Adjudicada



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 597B-055E-C0B2-015D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SIMONE ARAGÃO (CPF 036.XXX.XXX-38) em 24/03/2023 10:38:08 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://santacruzdocapibaribe.1doc.com.br/verificacao/597B-055E-C0B2-015D>